

A liberdade é terapêutica: reinventando vidas na reforma psiquiátrica

DOI: 10.3395/reciis.v3i4.328pt

Paulo Amarante

Doutor em Saúde Pública, LAPS/SNP/FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036/506 – CEP 21040-361 –
Manguinhos – Rio de Janeiro
laps@ensp.fiocruz.br

Mariana Rangel

Mestre em Saúde Pública, LAPS/SNP/FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036/506 – CEP 21040-361 –
Manguinhos – Rio de Janeiro
laps@ensp.fiocruz.br

Ficha Técnica

DVD / Documentário

RUÍNAS DA LOUCURA

Direção de Karine Emerich e Mirela Krueel. Roteiro de Karine Emerich. Produção de Cris Reque
Rio Grande do Sul, 2008

26 minutos

Fiocruz Vídeo / Vídeo Saúde-Distribuidora da Fiocruz / Editora Fiocruz

Sinopse

“Um retrato do cotidiano de Ecton, Jorge, Israel, Abel, Marli e seus dois irmãos: Manoel e Regina. As histórias de vida que se cruzam e a possibilidade de viver diferente num Lar – o Serviço Residencial Terapêutico Morada Viamão -, criado em 2005 para abrigar ex-pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro”.

Uma das experiências mais notáveis que vêm ocorrendo neste país é a da reforma psiquiátrica. Sob este conceito, nem sempre tão claro, existe uma série de iniciativas políticas, sociais e culturais, que estão transformando radicalmente a assistência psiquiátrica, as políticas de saúde e, o que é mais importante, as vidas de inúmeras pessoas e o cotidiano de muitas práticas sociais.

A reforma psiquiátrica deixou de ser um conjunto de inovações restritas ao modelo assistencial psiquiátrico para se tornar um processo social complexo (Amarante, 2008), que tem

como objetivo maior a transformação das relações que a sociedade estabelece com a loucura, com a diversidade, com a diferença. A maioria das concepções sobre a reforma psiquiátrica tende a reduzi-la às reformas assistenciais, tomando como foco principal a modernização das modalidades de tratamento.

No entanto, a concepção mais atual e mais ampla sobre a reforma psiquiátrica a define a partir de várias dimensões. Além da dimensão técnico-assistencial, que de fato implica numa mudança das diversas maneiras de cuidado e dos serviços

assistenciais, a dimensão epistemológica diz respeito às transformações no paradigma que fundamenta a psiquiatria, deslocando o saber privilegiado do modelo biomédico sobre a loucura para outras formas de compreender o sofrimento psíquico. Uma outra dimensão, de ordem jurídico-política, inclui o conceito de cidadania, de direitos sociais e humanos, e vai contra as noções de periculosidade, alienação, inimputabilidade, que fundamentam e colaboram para sustentar o modelo psiquiátrico tradicional.

Finalmente, a dimensão sócio-cultural amplia o saber sobre a loucura, não só tirando-a do campo estrito da psiquiatria para também construir uma nova relação com a sociedade. Nesta dimensão, a loucura ganha um campo mais aberto de experimentações e, ao sair do lugar privilegiado de tratamento, acaba por influenciar a sociedade mais ampla. Deixa-se tocar por recursos que vão além dos terapêuticos, ganhando maior espaço na mídia, assim como passa a utilizar recursos socialmente valorizados de expressão.

Como instrumento para alcançar mudanças tão ousadas, nada mais estratégico que lançar mão dos próprios dispositivos da arte e cultura e, mais ainda, da arte e cultura produzida pelos sujeitos destas inovações. Tal, por exemplo, é o propósito da recente política Loucos pela Diversidade, desenvolvida pelo Ministério da Cultura em cooperação com Fiocruz, para dar visibilidade às produções das pessoas em sofrimento psíquico.

Assim é que variadas produções artístico-culturais têm sido o palco da construção de uma nova relação da sociedade com a loucura, apontando para um maior protagonismo daqueles sujeitos tradicionalmente limitados ao papel de “doentes mentais”, objetualizados pelo saber médico (Basaglia, 2005).

Dentre os exemplos expressivos estão aqueles no campo da música, onde muitos grupos despontam e tomam visibilidade cada vez maior para o público geral, saindo do espaço restrito de seus lugares de tratamento e da própria concepção de terapia, ao qual estavam fortemente relacionados. É o caso dos grupos musicais Harmonia Enlouquece, Sistema Nervoso Alterado, Hip Hop Black Confusion, Trem Tan Tan, dentre outros. Ou aqueles no campo do teatro, com envolvimento cada vez mais de atores sociais vinculados ou não ao campo da saúde mental, tornando este limite ainda mais sutil e complexo. Neste sentido, cabe lembrar das companhias teatrais Ueinz!, Pirei na Cenna, Os Nômades, para ficar em apenas alguns exemplos da riqueza artística que se tem produzido.

Em relação à filmografia, notam-se

mudanças importantes quanto às temáticas abordadas, assim como aos principais participantes dos curta ou longa-metragens nas últimas décadas. “Em Nome da Razão”, dirigido por Helvécio Raton, em 1979, tornou-se um clássico ao eternizar a crítica aos horrores do hospital psiquiátrico de Barbacena, instituição emblemática do modelo asilar-manicomial.

Alcançando alguma repercussão na mídia, o processo de reforma psiquiátrica provocou importantes ecos, tais como “Policarpo Quaresma – Herói do Brasil” (1998), do diretor Paulo Thiago - inspirado no clássico de Lima Barreto - que declarou ter exaltado a crítica psiquiátrica no filme após saber do movimento da luta contra os manicômios no Brasil; “Estamira” (2006), de Marcos Prado; “Profeta das Águas”, de Leopoldo Nunes (2005); e o premiadíssimo “Bicho de 7 Cabeças” (2001), que se denominou um filme antimanicomial; além disso, ocupou recentemente a “campanha social” da novela “Caminho das Índias” no horário mais nobre da televisão brasileira.

Uma rica produção de vídeos vem, recentemente, demonstrando as possibilidades de superação do modelo psiquiátrico tradicional. Servindo de espelho das mudanças que têm ocorrido quanto ao protagonismo de pessoas em sofrimento mental, estas produções registram e comprovam as mudanças no paradigma que sustenta o cuidado à saúde mental. Impulsionadas pelos princípios da reforma psiquiátrica, tais transformações têm saído do campo terapêutico e do interesse de técnicos de saúde mental, abarcando uma sociedade mais ampla e mais sensível às mudanças iniciadas nessa transformação.

“Ruínas da Loucura”, do Rio Grande do Sul, faz parte desta geração de filmes que avançam no sentido de apresentar situações exitosas que representam a gradativa mudança na perspectiva social acerca da loucura. Com direção de Mirela Kruehl e Karine Emerich, e produção de Cris Reque, foi um dos sete vencedores do 1º Concurso Fiocruz Vídeo, que ocorreu em 2009 e teve como objetivo financiar produções audiovisuais sobre saúde, num total de 155 inscritos. O filme, em seus 26 minutos, é a representação viva da superação da saúde como “ausência de doença”, noção essa já formalizada no Brasil desde a Constituição de 1988, mas que continua sendo um desafio para a construção da concepção sobre a loucura. O filme diz respeito a novas formas de vida, que se constroem a partir do desafio de sair da “proteção” do hospital e criar novos vínculos sociais e novos circuitos pela cidade, o que compõe parte da idéia de saúde como “bem estar físico, mental e social”. É um exemplo

belíssimo destes novos cenários e de novas vidas que, saindo dos manicômios, florescem numa riqueza enorme, que deixaria surpreso qualquer um que lesse os prontuários hospitalares destas pessoas, onde predominam expressões tais como incapacidade para a vida social, periculosidade, irresponsabilidade, etc.

O vídeo apresenta situações absolutamente cotidianas que se tornam inusitadas quando se trata de atores que, há muito raptados do circuito urbano, passam a construir uma nova relação com a cidade, usufruindo de maneira quase nova do entorno – o supermercado, o ônibus, o armazém local, o parquinho perto de casa, o próprio flunar pelas ruas da cidade. Com o fechamento de um dos pavilhões do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre, foi construído o Serviço Residencial Terapêutico Morada Viamão, que passou a abrigar alguns de seus ex-internos. Com isto, os “pacientes internados” passaram ao status de moradores de casas e da cidade.

Estes passaram a não ser mais ditados pelo ritmo da instituição total (Goffman, 1975), em que os internos tendem a viver, trabalhar e a se divertir em um mesmo espaço, sob as regras impostas pelos dirigentes do hospital, e sempre com a companhia de inúmeros outros internos. Surgem então os desafios de manejar sua própria alimentação, não mais produzida pela instituição psiquiátrica, de lidar com seu próprio dinheiro e com o seu tempo, usufruindo-o de uma maneira própria, a ser redescoberta, pois há muito havia sido envolta pela trama institucional.

Nesta nova modalidade de habitar, em que a experiência de morar e o ato terapêutico se cruzam nas mais diversas configurações, não há uma experiência única e homogênea. O filme mostra, ao contrário, um espaço que não é livre de contradições, mas que congrega diversos sentidos – para uns, a residência é um lugar de passagem, ainda como um espaço necessário devido à exclusão feita pela família ou outras situações; um espaço de reencontro, em que irmãos, há muitos anos artificialmente distanciados pela instituição psiquiátrica, voltam a conviver; para outros, ainda, um lar propriamente dito.

A própria denominação de Serviço Residencial Terapêutico traz duas contradições. Por um lado, congrega numa única expressão, o lar e um espaço terapêutico; por outro, o lar e serviço, unindo espaços e objetivos tão diferentes. Imposições oficiais que garantem o financiamento e a continuidade de projetos que poderiam se dar em configurações ainda mais diversas.

Apesar de fazer inúmeras referências à

enfermaria desativada e ao sofrimento daqueles que fizeram parte do seu cotidiano, o título “Ruínas da Loucura” pode ser indagado, uma vez que a mensagem que prevalece é de um otimismo que aponta para novas formas, mais ricas, de se lidar com a loucura e com aqueles sujeitos até então institucionalizados e massacrados pelo hospital psiquiátrico.

Não somente o conteúdo do que é mostrado - a transição do hospital psiquiátrico para uma residência em formação, e todas as reflexões que se podem fazer em torno disto – é também a forma que indica uma nova relação com os sujeitos com sofrimento psíquico. Lado a lado, as imagens captadas pelo cameraman e pelos moradores da Residência constituem o conjunto da obra que encerra, em uma só ação, o olhar daquele que vem de fora, assim como daquele que faz parte desse novo processo, como morador, destacando o que é fundamental para ambas as partes. Indica também que, apesar das diferenças que existem entre os técnicos e os moradores, muitas vezes esses papéis se confundem, indicando um novo paradigma de cuidado que implica em contradições e de novas aprendizagens para aqueles que tinham tradicionalmente o hospital psiquiátrico como intermediário de suas relações.

Quando um dos moradores é perguntado sobre o que fazer com o prédio do hospital desativado, ele não hesita em responder: - “demolir o prédio!”. O debate sobre o fim dos manicômios permanece muito atual. Persistem ainda hoje muitos argumentos a favor da existência do hospital psiquiátrico, fundamentalmente a partir das várias tentativas de modernizá-lo, ou de transformá-lo em “verdadeira” instituição de cura. Estas idéias estão presentes desde as clássicas experiências inglesa – comunidade terapêutica de Maxwell Jones – e francesas – psicoterapia institucional de François Tosquelles e psiquiatria de setor, de Lucien Bonnafé, que há muito demonstraram o fracasso dessa iniciativa. Desta forma, a progressiva superação do modelo manicomial e sua conseqüente substituição por redes e dispositivos assistenciais, sociais, comunitárias, culturais, tem sido objetivo fundamental da reforma psiquiátrica brasileira.

A idéia de demolir o prédio vai ao encontro da reação que demonstram tanto os antigos pacientes do hospital, quanto os técnicos, ao visitar suas instalações. Este reencontro parece atualizar nestes sujeitos a experiência de sofrimento, de violência, de descaso que, em certo sentido, tanto uns quanto outros eram submetidos.

Essa impressão é tão marcante que algumas das falas de técnicos e de usuários parecem se

confundir. Em alguns momentos, é difícil identificar a relação do autor da fala com a instituição. Essa evidência aponta fortemente para a necessidade de transformação dos próprios técnicos, que precisam também construir novas mentalidades, novas concepções sobre a existência-sofrimento (Rotelli et. al, 2000), sobre a denominada relação terapêutica, sobre as idéias de cura e cuidado, sobre a concepção de autonomia, dentre outras. A desinstitucionalização, enquanto processo social complexo implica não somente na transformação, como já vimos, de técnicas e terapêuticas, mas sim dos atores sociais envolvidos, aí incluídos os próprios usuários, seus familiares e os técnicos.

Uma inscrição na parede de uma das residências relembra uma das principais palavras de ordem, mas também uma das hipóteses que inspiraram a reforma psiquiátrica italiana, que se tornou uma das principais referências conceituais e práticas do processo brasileiro: “A liberdade é terapêutica”! (Mauri, 1983)

Franco Basaglia, líder do movimento da Psiquiatria Democrática italiana, dizia que gostaria que, quando alguém contasse a história da experiência que coordenou em Trieste não fizesse uma história de datas, de grandes feitos e fatos, mas sim uma história de vidas transformadas a partir de seu trabalho, de vidas reconstruídas, de

projetos de vida criados. Foi o que nos veio à mente quando, outro morador foi argüido sobre o futuro, o amanhã. “Amanhã é quarta-feira. Tem aula de pintura”, ele respondeu. E não é que já é um bom projeto de vida!?

Fontes de consulta

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

BASAGLIA, F. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2005.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MAURI, D. (org.) **La libertà è terapeutica? l'esperienza psichiatrica a Trieste**. Milano: Feltrinelli, 1983.

ROTELLI, F. De Leonardis, O. Mauri, D. **Desinstitucionalização, uma outra via**. In Nicácio, F (org.) **Desinstitucionalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.